

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

## 1 UNIDADE REQUISITANTE

Almoxarifado/Gerência Administrativa do TJM/MG.

#### 2 OBJETO

- **2.1** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material de expediente para a Justiça Militar/MG, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste documento.
- **2.2** Caracteriza-se o presente objeto como "**bem comum**", pois possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo presente termo, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, não demandando, portanto, características específicas/significativas, com ampla e variada disponibilidade no mercado, no que tange ao universo de fornecedores.
- **2.3** O objeto do presente termo foi constituído em lote único, conforme condições e exigências estabelecidas no presente termo.

## **3 JUSTIFICATIVA**

- **3.1** Tendo em vista que o último procedimento licitatório para aquisição de material de expediente para atender as demandas da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais vencerá em **janeiro de 2021**, faz-se necessário realizar uma nova licitação, objetivando a reposição do estoque do almoxarifado, bem como futuras e eventuais aquisições, de modo a manter um quantitativo de materiais em estoque suficiente para garantir a continuidade dos trabalhos prestados pelo Tribunal.
- **3.2** A Administração opta pelo sistema de registro de preço, de acordo com o Decreto Estadual nº 46.311/2013, por entender que é mais conveniente a aquisição parcelada dos produtos, mediante autorizações de compra que acompanhem o consumo efetivo, visando a evitar a manutenção de grandes volumes em estoque, para melhorar o aproveitamento de espaço nos depósitos do Almoxarifado e a racionalizar as compras, minimizando excessos ou carências desses produtos, bem como eventuais prejuízos com a degradação natural do produto ou com o fim dos prazos de validade/garantia.
- **3.3** A quantidade a ser registrada está baseada no consumo médio de todos os setores do Tribunal registrado nos últimos 12 meses, acrescido de uma margem de segurança de estoque, sendo que as efetivas aquisições por meio de autorizações de compra também levarão em conta a evolução da necessidade de utilização e de recomposição do estoque.

## 4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**4.1** Comprovação de aptidão para efetuar o fornecimento compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, por meio da apresentação de atestados de desempenho anterior, fornecidos por pessoa jurídica de direito público

ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação.

- **4.2** Os atestados deverão conter:
- 4.2.1 Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone).
- 4.2.2 Local e data de emissão.
- 4.2.3 Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.
- 4.2.4 Período da execução da atividade.
- **4.3** O licitante deve disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, enviando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram executadas as atividades.

## 5 DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO e CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

**5.1** As <u>marcas de referência ou similares</u> citadas na planilha referem-se a produtos de comprovada qualidade, uma vez que já foram utilizadas e testadas pelo Tribunal e são apenas formas de parâmetro da qualidade do objeto. Assim, o produto apresentado na proposta com <u>marca diferente da que foi sugerida pelo Tribunal (marca de referência/similar ou de melhor qualidade)</u> fica condicionada à apresentação de amostra para aceitabilidade. A Aceitabilidade ou não do produto determina a classificação ou a desclassificação da Proposta do Licitante.

## 5.2 DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

- 5.1 A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, deverá apresentar amostras dos produtos ofertados constantes do Termo de Referência, Anexo I.
- 5.1.1 Será convocada para apresentar amostra a primeira colocada na fase de lances, no caso de ter ofertado marca diversa da indicada como referência, e as licitantes subsequentes na ordem de classificação, caso ocorra reprovação da amostra ou não aceitabilidade da proposta.
- 5.1.2 Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da amostra, observada a ordem de classificação, e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 5.1.3 Os licitantes que ofertarem produtos das marcas citadas como referência ficam dispensados da apresentação de amostras dos mesmos.
- 5.2 As amostras serão avaliadas e testadas por servidor do Setor de Almoxarifado do Tribunal para verificação da equivalência da qualidade às marcas citadas como referência.
- 5.2.1 Será realizado teste de utilização dos itens ofertados para verificação da eficiência da funcionalidade respectiva.
- 5.2.2 Será divulgado no sistema eletrônico a data de realização dos testes, que poderão ser acompanhados pelos licitantes interessados.
- 5.2.3. Será lavrada ata de avaliação técnica com menção às amostras submetidas a testes, consignando-se as eventuais inconsistências averiguadas. A referida ata subsidiará o relatório conclusivo a ser emitido pelo servidor ou comissão designada, consubstanciando o aceite ou recusa do produto.
- 5.3 As amostras deverão ser encaminhadas em número mínimo de 1 (uma) unidade por item, entregues na embalagem original, de acordo com o edital e a legislação pertinente.

- 5.4 As amostras deverão ser apresentadas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação do pregoeiro, em envelope lacrado, constando identificação do licitante, número do processo licitatório, número do pregão e número do lote, devendo ser protocolizado na Coordenação de Licitações, Contratos e Compras do Tribunal, na Rua Tomaz Gonzaga, 686, 4º andar, Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP 30180-143.
- 5.4.1 O licitante que não puder encaminhar amostra no prazo acima indicado deverá solicitar sua prorrogação, no chat do sistema ou por e-mail, desde que por motivo justificado e aceito pelo pregoeiro, que definirá novo prazo para o envio do produto, sob pena de desclassificação.
- 5.5 As amostras entregues, se aprovadas, serão computadas no quantitativo do objeto a ser entregue.
- 5.5.1 No caso das amostras apresentadas pelas licitantes classificadas a partir do 2º lugar cujos preços serão registrados na forma do item 13.1 deste edital, as amostras serão computadas no quantitativo do objeto a ser entregue apenas em caso de efetivo fornecimento.
- 5.6 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 5.7 As amostras reprovadas permanecerão à disposição do licitante, que será notificado para retirá-las na Coordenação de Licitações, Contratos e Compras do Tribunal, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da notificação, eximindo-se o Tribunal de qualquer ônus por inutilização ou dano decorrentes de testes efetuados no produto. Todas as despesas com sua devolução correrão a cargo do licitante.
- 5.7.1 As amostras não recolhidas no prazo estipulado serão inutilizadas ou será dada destinação, no entendimento de que o licitante abdicou da amostra, sem gerar direito à indenização.
- 5.7.2 As amostras reprovadas só serão devolvidas após a conclusão do processo licitatório.
- 5.8 Os licitantes que tenham suas amostras reprovadas poderão interpor recurso administrativo, após a declaração de vencedor do lote, nos termos do item 11 do Edital
- 5.9 A validade dos produtos deverá ser, no mínimo, **de 1 (um) ano** a contar da entrega dos produtos.
- 5.10 O objeto da presente aquisição foi constituído em lote único, contendo as seguintes especificações:

LOTE ÚNICO							
Item	Nome do produto	Unidade	Quantidade	Marca de Referência ou similar			
1	CAIXA ARQUIVO MORTO - MATÉRIA-PRIMA: PAPELÃO RECICLADO; GRAMATURA: 485 G/M²; DIMENSÕES (C X L X A): 360 MM X 135 MM X 250 MM; COR: PARDA; CARACTERÍSTICAS GERAIS: DESMONTÁVEL, SEM IMPRESSÃO E VISOR. CATMAS: 001768603	un.	2000	MILENIUM PREMIUM / PREMIUM SUPER / TILIBRA / CLIPS BOX			
2	CAIXA ARQUIVO MORTO - MATÉRIA- PRIMA: POLIPROPILENO CORRUGADO; GRAMATURA: MINIMA 400 G/M²; DIMENSÕES (C X L X A): 360 MM X 135 MM X 250 MM; COR: CONFORME SOLICITADO PELO ÓRGÃO/ENTIDADE; CARACTERÍSTICAS GERAIS:		200	POLIBRAS			

	DESMONTÁVEL, <b>SEM IMPRESSÃO E VISOR</b> ;			
	COR: VERMELHA			
	CATMAS: 001768590			
3	CAIXA ARQUIVO MORTO - MATÉRIA- PRIMA: POLIPROPILENO CORRUGADO; GRAMATURA: MINIMA 400 G/M²; DIMENSÕES (C X L X A): 360 MM X 135 MM X 250 MM; COR: CONFORME SOLICITADO PELO ÓRGÃO/ENTIDADE; CARACTERÍSTICAS GERAIS: DESMONTÁVEL, SEM IMPRESSÃO E VISOR; COR: AMARELA CATMAS: 001768590	un.	200	POLIBRAS
4	CAIXA ARQUIVO MORTO - MATERIA- PRIMA: POLIPROPILENO CORRUGADO; GRAMATURA: MINIMA 400 G/M²; DIMENSÕES (C X L X A): 360 MM X 135 MM X 250 MM; COR: CONFORME SOLICITADO PELO ÓRGÃO/ENTIDADE; CARACTERÍSTICAS GERAIS: DESMONTÁVEL, SEM IMPRESSÃO E VISOR; COR: AZUL CATMAS: 001768590	un.	200	POLIBRAS

5.11 Poderão ser aceitos materiais com dimensões aproximadas às descritas acima, após avaliação do TRIBUNAL sobre o atendimento às necessidades da Administração.

## **6 PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

- **6.1** O prazo da entrega dos materiais será de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega da nota de empenho ao fornecedor.
- 6.1.1 O prazo de entrega poderá ser prorrogado a critério do Tribunal, mediante requerimento justificado do Fornecedor.
- 6.2. Os produtos deverão ser entregues na sede da Justiça Militar Estadual/MG, na Rua Tomaz Gonzaga, 686, 4º andar, Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP 30180-143, mediante **agendamento prévio** com o setor de Almoxarifado do Tribunal, pelo telefone (31) 3274-1566, ramal 109, sob pena de não recebimento, caso não seja feito o agendamento.
- 6.3 O prazo de validade do produto informado pelo fabricante, na embalagem, não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados do recebimento.
- 6.4 Os produtos deverão estar devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte, carga e descarga, e também devem conter o lacre de segurança ou comprovação por outro meio quanto à originalidade dos produtos.
- 6.5 O Fornecedor se responsabilizará pelas despesas decorrentes da entrega, bem como pelo risco de perdas, até o efetivo recebimento.
- 6.6 O Fornecedor deverá substituir, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, o produto entregue e não aceito pelo Tribunal, em função da existência de irregularidades, incorreções e/ou defeitos.
- 6.7 Os produtos deverão ser entregues prontos para uso.

## 7 CONDIÇÕES DE ENTREGA.

- **7.1** Os materiais serão recebidos na forma prevista no art.73, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.
- **7.2** O recebimento provisório ou definitivo do material não exclui a responsabilidade civil a ele relativa.
- 7.2.1. O recebimento provisório dar-se-á, se satisfeitas as seguintes condições:
- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Autorização de Compra;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.
- 7.2.1.1 O material em evidente desconformidade com as especificações exigidas serão recusados no ato da entrega, sob total responsabilidade do fornecedor, que deverá providenciar a entrega do material adquirido dentro do prazo previsto.
- 7.2.2 O **recebimento definitivo** dos materiais dar-se-á após: a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos; b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste edital, estando as amostras aprovadas.
- 7.2.3 Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pela atestação no verso da Nota Fiscal, servidor do Tribunal previamente 7.3 Caso sejam insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, quando serão realizadas verificações referidas. novamente as antes 7.3.1 Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

## **8 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

## 8.1 DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL

- 8.1.1 Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega, desde que observadas as normas de segurança;
- 8.1.2 Notificar o FORNECEDOR sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação sua defesa ou para correção, conforme а 8.1.3 Fiscalizar e atestar a entrega do objeto do Termo de Referência, objetivando garantir conformidade com 0 Edital seus anexos;
- 8.1.4 Atestar a entrega do objeto no documento fiscal correspondente;
- 8.1.5 Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata;
- 8.1.6 Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
- 8.1.7 Prestar as informações e os esclarecimentos e diretrizes que venham a ser solicitados pelo Fornecedor, em relação ao objeto desta Ata de Registro de Preços;
- 8.1.8 Fiscalizar e acompanhar a entrega dos produtos, o que não exclui nem diminui a responsabilidade do FORNECEDOR pela perfeita execução do objeto;
- 8.1.9 Efetuar o recebimento provisório e definitivo do objeto:

- 8.1.10 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada em desconformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.11 Solicitar o reparo, a correção ou a substituição do objeto do fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 8.1.12 Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do fornecimento desejado, comunicando a empresa contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com а execução 8.1.13 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Fornecedora, de acordo com as cláusulas estabelecidas nesta Ata, as especificações do termo de termos de os sua 8.1.14 Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

# 9.2 DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 9.2.1 Realizar a perfeita execução do objeto, cumprindo todas as condições e prazos legislação como 9.2.2 Fornecer os produtos novos, em estrita conformidade com as especificações de sua proposta, à qual se vincula, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja nos preços, quer seja nas condições estabelecidas, responsabilizando-se pela qualidade dos produtos, substituindo no prazo exigido neste Termo de Referência e sem ônus para o TRIBUNAL, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes no presente Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis. 9.2.3 Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida neste 9.2.4 Entregar os produtos em perfeitas condições de uso e sem apresentar qualquer
- tipo de avaria, arranhão ou quaisquer danos que o descaracterizarão como novo, podendo o TRIBUNAL recusá-los, caso não estejam de acordo com o previsto neste Termo de
- 9.2.5 As operações de transporte, carga e descarga dos produtos são de responsabilidade do FORNECEDOR até a entrega dos mesmos ao TRIBUNAL; 9.2.6 Agendar, antecipadamente, com o fiscal do TRIBUNAL, a data e o horário da entrega dos produtos:
- 9.2.7 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRIBUNAL, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento
- 9.2.9 Encaminhar ao TRIBUNAL, juntamente com a nota fiscal/fatura, os documentos comprobatórios da manutenção das condições de habilitação ou qualificação exigidas na licitação, especialmente cópias das certidões de regularidade fiscal, cuja autenticidade será confirmada nos sites dos órgãos emissores por servidor do TRIBUNAL;
- 9.2.10 Aceitar solicitações do Tribunal de mudanças nos dias e horários de entrega dos produtos, sempre houver necessidade; que 9.2.11 Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente e o contrato, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria da execução do objeto e dos resultados obtidos, preservando o Tribunal de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade do Fornecedor; 9.2.12 Manter, durante a vigência do contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação ou

de qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Tribunal, de imediato, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado;

- 9.2.13 Observar, quanto ao transporte, seja ele de que tipo for, as normas adequadas relativas a embalagens, volumes, etc:
- 9.2.14 Comunicar, ao TRIBUNAL, por escrito e com a maior brevidade possível, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos necessários, quando solicitados;
- 9.2.15 Arcar com eventuais prejuízos causados ao TRIBUNAL e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, convenentes ou prepostos, envolvidos na execução do fornecimento; 9.2.16 Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo TRIBUNAL, referentes à forma de fornecimento e ao cumprimento das demais obrigações assumidas:
- 9.2.17 Comunicar imediatamente ao Tribunal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;
- 9.2.18 Indenizar terceiros e/ou o Tribunal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- 9.2.19 Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos produtos, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino:
- 9.2.20 Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como os tributos resultantes do fornecimento objeto desta Ata;
- 9.2.21 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 9.2.22 Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do TRIBUNAL;
- 9.2.23 Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta Ata sem prévia autorização do TRIBUNAL:
- 9.2.24 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o fornecimento avençado, sem prévia e expressa anuência do TRIBUNAL;
- 9.2.25 Responsabilizar por todas as despesas decorrentes direta ou indiretamente da execução do fornecimento, tais como, aquisição de materiais, equipamentos e utensílios, fretes, remuneração, encargos sociais, insumos, tributos, taxas, emolumentos e demais gastos;
- 9.2.26 Responsabilizar-se, com foros de exclusividade, pela observância a todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, mais, por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências do TRIBUNAL. Caso este seja chamado a juízo e condenado pela eventual inobservância das normas em referência, a licitante vencedora obriga-se a ressarci-lo do respectivo desembolso, ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado arbitrados na referida condenação; 9.2.27 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre:

9.2.28 Não contratar, durante a vigência desta Ata, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal contratante.

## 10 DA FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL

10.1 Sem prejuízo ou dispensa das obrigações do FORNECEDOR, o Tribunal exercerá ampla supervisão, acompanhamento, controle e fiscalização sobre a execução do objeto, por meio de servidor especialmente designado, que fiscalizará a fiel observância das especificações dos produtos, dentre outros critérios, e anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições contidas nas normas de execução orcamentária е financeira 10.2 O exercício, pelo Tribunal, do direito de supervisionar, controlar e fiscalizar o fornecimento, não atenuará, reduzirá ou eximirá qualquer responsabilidade ou obrigação do FORNECEDOR nos termos desta Ata de registro de Precos, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos. 10.3 O servidor designado pelo Tribunal terá poderes para fiscalizar a execução do especialmente 10.3.1 Notificar o FORNECEDOR sobre sua inadimplência no cumprimento das obrigações previstas nesta ata, determinando sua regularização, ou, sendo o caso. remetendo à autoridade competente para abertura de processo; 10.3.2 Fazer as aferições necessárias para a liberação de pagamentos em conformidade com o objeto licitado, de acordo com as condições estabelecidas; 10.3.3 Recusar o objeto que tenha sido executado pelo FORNECEDOR em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, apresentando iustificativas. as devidas 10.4 A fiscalização do Tribunal não será motivo para exclusão ou redução da responsabilidade FORNECEDOR. 10.5 O recebimento e a conferência do objeto executado serão realizados pelo 10.6 O FORNECEDOR é obrigado a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização deste Contrato pelo TRIBUNAL, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias pelo 10.7 O TRIBUNAL não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou não autorizados. 10.8 Caso entenda necessário, o fiscal e/ou gestor podem solicitar o auxílio de

#### 11 DO PAGAMENTO

11.1 O Tribunal pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

profissionais especializados para acompanhamento e fiscalização do fornecimento.

- 11.2 O pagamento decorrente desta Contratação será efetuado pela Diretoria Executiva de Finanças, em parcela única, por processo legal, em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da nota fiscal/fatura, estando a documentação fiscal regular.
- 11.3 O documento fiscal deverá ser emitido pelo FORNECEDOR em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.
- 11.4 O FORNECEDOR apresentará a fatura, a Nota Fiscal ou Boleto Bancário

referente ao objeto ora contratado ao servidor designado pelo Tribunal. O servidor, após os devidos registros, encaminhará a Nota Fiscal à Diretoria Executiva de Financas

- 11.5 Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizada tal documentação.
- 11.6 O pagamento devido pelo TRIBUNAL será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pelo FORNECEDOR ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.
- 11.7 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, o FORNECEDOR dará ao TRIBUNAL plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

## 12 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1 O FORNECEDOR, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do objeto, comportandose de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais.
- 12.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto, o Tribunal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao FORNECEDOR as penalidades de advertência e multa, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto nos art. 86 a 88 da Lei n.º 8.666/93, podendo ser aplicadas as seguintes penalidades:
- 12.2.1 advertência, que será aplicada sempre por escrito;
- 12.2.2 suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 12.2.3 impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual.
- 12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição e não for procedido ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes da inadimplência do fornecedor.
- 12.3 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento:
- 12.3.1 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30° (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do fornecimento, por ocorrência.
- 12.3.2 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, ou em caso de inexecução parcial da obrigação assumida, com a possível rescisão contratual.
- 12.3.3 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, na hipótese de o FORNECEDOR, injustificadamente, desistir do contrato ou dar causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o TRIBUNAL, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

- 12.4 A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos ao INFRATOR e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente, devendo ser recolhida no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.
- 12.5 As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório е da ampla defesa. 12.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº, 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei Federal nº 8.666. de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002. 12.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano Administração, observado princípio 0 da proporcionalidade. 12.7.1 Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, forca maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados, 12.8 A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.
- 12.8.1 O pagamento da multa aplicada não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo cumprimento das obrigações a ela impostas por força do contrato.
- 12.9 As sanções relacionadas nos itens 10.2.2, 10.2.3 e 10.2.4 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual CAFIMP.
- 12.10 As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:
- 12.10.1 Retardarem a execução do objeto; 12.10.2 Comportarem-se de modo inidôneo;
- 12.10.2.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- 12.10.3 Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.
- 12.11 Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 23 de junho de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização PAR.

## 13 CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O critério de aceitação e classificação das propostas será de acordo com as especificações do objeto relacionado, sendo que o Julgamento será pelo menor preço por lote.

## **14 ESTIMATIVA DE CUSTO**

	LOTE ÚNICO								
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total				
1	CAIXA ARQUIVO MORTO - MATÉRIA- PRIMA: PAPELÃO RECICLADO; GRAMATURA: 485 G/M2; DIMENSÕES (C X L X A): 360 MM X 135 MM X 250 MM; COR: PARDA; CARACTERÍSTICAS GERAIS: DESMONTÁVEL, SEM IMPRESSÃO E VISOR	Unidade	2000	R\$ 3,90	R\$ 7.800,00				
2	CAIXA ARQUIVO MORTO - MATÉRIA-PRIMA: POLIPROPILENO CORRUGADO; GRAMATURA: MINIMA 400 G/M2; DIMENSÕES (C X L X A): 360 MM X 135 MM X 250 MM; COR: CONFORME SOLICITADO PELO ÓRGÃO/ENTIDADE; CARACTERÍSTICAS GERAIS: DESMONTÁVEL, SEM IMPRESSÃO E VISOR; COR: VERMELHA	Unidade	200	R\$ 5,90	R\$ 1.180,00				
3	CAIXA ARQUIVO MORTO - MATÉRIA-PRIMA: POLIPROPILENO CORRUGADO; GRAMATURA: MINIMA 400 G/M2; DIMENSÕES (C X L X A): 360 MM X 135 MM X 250 MM; COR: CONFORME SOLICITADO PELO ÓRGÃO/ENTIDADE; CARACTERÍSTICAS GERAIS: DESMONTÁVEL, SEM IMPRESSÃO E VISOR; COR: AMARELA	Unidade	200	R\$ 5,90	R\$ 1.180,00				
4	CAIXA ARQUIVO MORTO - MATÉRIA- PRIMA: POLIPROPILENO CORRUGADO; GRAMATURA: MINIMA 400 G/M2; DIMENSÕES (C X L X A): 360 MM X 135 MM X 250 MM; COR: CONFORME SOLICITADO PELO ÓRGÃO/ENTIDADE; CARACTERÍSTICAS GERAIS: DESMONTÁVEL, SEM IMPRESSÃO E VISOR; COR: AZUL	Unidade	200	R\$ 5,90	R\$ 1.180,00				
	VALOR TOTAL LOTE ÚNICO				R\$ 11.340,00				